



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

4771

Presidente da Mesa Diretora: Antônio Silveira de Sá

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Orçamento

Autoria: Executivo Municipal

Data: 11/07/2000

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 44/2000. Estabelece as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do município de Montes Claros, para o exercício financeiro de 2001. (Referente à Lei nº 2.854, de 25/07/2000).

Controle Interno – Caixa: 18.2

Posição: 06

Número de folhas: 21

Espécie: PL
Categoria: Orçamento
nº: 182
Ordem: 06
nº fls: 18



44/2000

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI _____/2000

AUTOR:

PREFEITO MUNICIPAL

ASSUNTO:

ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO
ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2001

MOVIMENTO

- 1 - ENTRADA EM 11/07/2000
- 2 - À COMISSÃO FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADAS DE CONTAS
- 3 - APROVADO EM REGIME DE URGÊN
- 4 - DA - EM - 13.07.2000 - SALVO
- 5 - EMENDAS
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____

Caixa

PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG

Gabinete do Prefeito

Montes Claros, 04 de julho de 2000

OFÍCIO Nº: GP/136/2000
ASSUNTO: Encaminhando Projeto de Lei
SERVIÇO: Gabinete do Prefeito

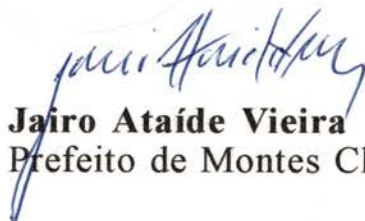
Senhor Presidente,

Estamos passando às mãos de V. Exa., para apreciação e decisão desse Legislativo, o incluso Projeto de Lei que estabelece as diretrizes para a elaboração do orçamento municipal de 2001.

Solicitamos que referida matéria seja apreciada em caráter de urgência, na forma do disposto no Art. 53 da Lei Orgânica deste Município.

Com renovados protestos de apreço e consideração, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,


Jairo Ataíde Vieira
Prefeito de Montes Claros

Exmo. Sr.
Vereador Antônio Silveira de Sá
DD. Presidente da Câmara Municipal
MONTES CLAROS-MG





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Montes Claros
PREFEITURA MUNICIPAL

PROJETO DE LEI

*DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA
LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º. - São estabelecidas, nesta lei as Diretrizes Orçamentárias do Município de Montes Claros para o Exercício Financeiro de 2001, em cumprimento a Constituição Federal, Estadual, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, compreendendo:

- I - As Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal;
- II - A Organização e Estrutura dos Orçamentos;
- III - As Diretrizes Gerais para a elaboração do Orçamento e Execução dos Orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - As Disposições Gerais e Finais.

CAPÍTULO I

*DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA MUNICIPAL*

Artigo 2º. - Constituem Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal para exercício financeiro de 2001, as constantes dos anexos desta Lei, Com destaque para as áreas de Administração, Educação, Saúde, Saneamento Básico, Infra-Estrutura Urbana, Emprego e Renda, Assistência Social e Agricultura.

Artigo 3º. - As Despesas de Capital, para o exercício financeiro subsequente serão aquelas especificadas no Plano Plurianual aprovado para o período de 1998 a 2001.

Parágrafo Único - As Despesas de Capital, programadas na Lei Orçamentária de 2000, que não forem executadas poderão ser reprogramadas para o exercício do ano 2001.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO



CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Artigo 4º. - A Proposta Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal compreenderá:

I - O Orçamento Fiscal compreendendo:

- As Receitas e Despesas da Administração Direta, Indireta e de seus Fundos de modo a evidenciar as políticas e programas de governo;

II - O Orçamento de Investimento da Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização (ESURB), que deverá observar as Diretrizes e Metas do Governo Municipal;

III - O Orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros (PREVMOC).

IV - O Orçamento dos Fundos Municipais.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

Artigo 5º. - No Projeto de Lei Orçamentária as Receitas e as Despesas serão orçadas a preços vigentes em junho de 2000.

Artigo 6º. - Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Montes Claros
PREFEITURA MUNICIPAL

SEÇÃO I

DAS RECEITAS DO MUNICÍPIO

Artigo 7º. - Constituem Receitas do Município:

- I - Receitas de tributos municipais.,
 - II - Receitas de Contribuições.,
 - III - Receitas Patrimoniais.,
 - IV - Receitas de Serviços;
 - V - Outras receitas previstas em Lei;
 - VI - Receitas de Transferências da União e do Estado, previstas nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal;
 - VII - Receitas provenientes de Convênios;
 - VIII - Receitas de atividades econômicas, que por interesse da Administração possam vir a executar;
 - IX - Receitas de operações de crédito autorizadas por Lei e observados os limites estabelecidos nos artigos 165 e 167 da Constituição Federal;
 - X - Receitas de operações de crédito por antecipação de receitas.
- Artigo 8º. - Na estimativa das receitas serão considerados:
- I - Os fatores que possam influenciar a produtividade de cada fonte;
 - II - Os efeitos das modificações e atualizações na Legislação Tributária;
 - III - A atualização e modernização do Cadastro Técnico Municipal;
 - IV - A expansão do número de contribuintes.

Artigo 9º. - O Município fará a revisão e a atualização de sua Legislação Tributária, se for necessário, para o exercício do ano 2001.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

MontesClaros
PREFEITURA MUNICIPAL

Artigo 10 - Fica o Município de Montes Claros obrigado a arrecadar os tributos de sua competência, inclusive os de contribuições de melhorias e os de dívida inscrita de natureza tributária ou não.

SEÇÃO II

DAS DESPESAS MUNICIPAIS

Artigo 11 - Constituem Despesas do Município aquelas destinadas à manutenção, aquisição e desenvolvimento de bens e serviços para o cumprimento dos seus objetivos, bem como os seus compromissos de natureza social e financeira.

Artigo 12 - Na fixação das Despesas serão observados o disposto no artigo 5º. desta Lei.

Artigo 13 - Os Recursos do Município somente serão programados para atender as Despesas de Capital, após atendidas as Despesas com pessoal, encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, outras despesas de custeios administrativos, operacional e de contrapartida de convênios.

Parágrafo Único - As Despesas com pessoal e encargos sociais obedecerão a Legislação do Regime Jurídico Único e o Plano de Cargos e Salários, respeitando o limite fixado pela Legislação Federal em vigor.

Artigo 14 - A Despesa Pública Municipal atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal, Estadual, Lei Complementar 101 de 04/05/2000, Lei 4.320, Lei Orgânica Municipal e as demais normas de Direito Financeiro.

Artigo 15 - Nenhuma Despesa será ordenada ou satisfeita sem que existam recursos disponíveis e créditos votados pela Câmara Municipal, exceto as despesas decorrentes de créditos extraordinários.

Artigo 16 - Nenhuma Lei que crie ou aumente despesa terá efeito sem que dela conste o recurso que atenderá ao correspondente encargo.

Artigo 17 - O Município poderá, mediante prévia autorização Legislativa, conceder ajuda financeira, a título de Auxílio, Subvenções e Contribuições a entidades que prestam serviços essenciais de Assistência Social, Saúde, Educação, Atividades Culturais e Desportivas para realização de eventos no Município, desde que estejam legalmente constituídas.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

MontesClaros
PREFEITURA MUNICIPAL

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Artigo 18 - A Lei Orçamentária para o exercício do ano 2001 discriminará a Receita e a Despesa Pública, nos termos da Lei nº. 4.320/64 e das normas complementares.

Artigo 19 - As categorias de programação serão identificadas no projeto de lei orçamentária por funções, programas, subprogramas, atividades, projetos, com a indicação de suas respectivas denominação.

Artigo 20 - Serão obrigatoriamente recolhidos aos cofres públicos as receitas de qualquer natureza, geradas e/ou arrecadadas pelos Órgãos, pelas Entidades e pelos Fundos de Administração Pública Municipal.

Artigo 21 - Competirá à Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação a elaboração, o acompanhamento e o controle da execução orçamentária do orçamento previsto nesta Lei.

Artigo 22 - Se a Lei Orçamentária não for aprovada até o encerramento da Sessão Legislativa, a programação constante do Projeto de Lei Orçamentária relativa às ações de Manutenção de Despesas de Pessoal, de Encargos Sociais e de Serviços da Dívida, será executada, em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação.

Artigo 23 - A manutenção das atividades essenciais, à conservação e à recuperação de bens públicos terão prioridade sobre as ações de expansão e de novas obras.

Artigo 24 - Os Projetos em fase de execução, desde que revalidados, nos termos desta Lei, terão preferência sobre Novos Projetos, especialmente sobre aqueles que exijam contrapartidas locais.

Artigo 25 - Fazem parte desta Lei os anexos I e II.

Artigo 26 - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém e declara.

Prefeitura Municipal de Montes Claros (MG), 29 de junho de 2000.


JAIRO ATAÍDE VIEIRA
Prefeito Municipal





CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES

Artigo 18 - A Lei

discriminará a Receita e a Despesa Pública, nos termos das

Artigo 19 - As categorias de programação serão identificadas no

projeto de lei orçamentária, por funções, programas, subprogramas, atividades-projetos, com a

Artigo 20 - Serão obrigatoriamente recolhidos aos cofres públicos as receitas de qualquer natureza, certas e/ou arrecadadas pelos Órgãos, pelas

Artigo 21 - Compete à Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação a elaboração, o acompanhamento e o controle da execução orçamentária do

Artigo 22 - Se a Lei Orçamentária não for aprovada até o encerramento da Sessão Legislativa a programação constante do Projeto de Lei Orçamentária

Artigo 23 - A manutenção das atividades essenciais, à conservação e à recuperação de bens públicos terão prioridade sobre as ações de expansão e

Artigo 24 - Os Projetos em fase de execução, desde que revalidados, nos termos desta Lei, terão preferência sobre Novos Projetos, especialmente sobre

Artigo 25 - Fazem parte desta Lei os anexos I e II.

Artigo 26 - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei

entra em vigor na data de sua publicação.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir, tão

intimamente como nela se contém e declarar.

Prefeitura Municipal de Montes Claros (MG), 29 de junho de 2000.

JAIR ATAÍDE VIEIRA
Prefeito Municipal





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

EMENDAS AO PROJETO DE Nº _____ LEI, QUE DISPÕES SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2.001.

EMENDA UM :

INCLUI PARÁGRAFO SEGUNDO NO ARTIGO 3º

Artigo 3º

Parágrafo Primeiro

Parágrafo Segundo – Na resolução de detalhamento das despesas do Poder Legislativo serão consignadas dotações na função de Administração e Planejamento, para aquisição de terreno e construção de Prédio para sede do Poder Legislativo.

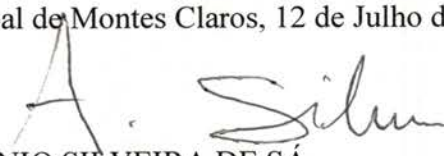
EMENDA DOIS:

INCLUI PARÁGRAFO ÚNICO NO ARTIGO 18.

Artigo 18

§ Único – No detalhamento das despesas do Poder Executivo, será consignado dotação para transferências dos recursos ao Poder Legislativo em montante igual a 7% (sete por cento) do somatório da Receita Tributária e das Transferências previstas no § 5º do Artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 12 de Julho de 2000


ANTÔNIO SILVEIRA DE SÁ
Vereador Presidente


ANTÔNIO SOARES DA SILVA
Vereador Secretário.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE FINANÇAS OR-
CAM EN TOMADA DE CONTAS
EM 13 DE ABRIL DE 2000
A. Silva
PRESIDENTE

Somos de parecer favorável
per F.
Ramon Ven

MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS - MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO - SEPLAN

A N E X O - I

DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS, METAS E PRIORIDADES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA PARA O ANO 2001

01 - ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

- Dotar a Administração Municipal de meios para coordenar, gerenciar e avaliar o desenvolvimento local;
- Promover o processo de Modernização e reforma administrativa, compreendendo as políticas de pessoal, organização e métodos e reestruturação organizacional;
- Elaborar, implementar e acompanhar o processo de planejamento como forma de otimizar a utilização dos recursos municipais;
- Envolver a iniciativa privada no processo de desenvolvimento econômico e social do município;

ADMINISTRAÇÃO

- Criar as condições necessárias para execução das atividades de administração, adequando e modernizando as ações de gerenciamento e recursos públicos;
- Manter todas as atividades dos órgãos da administração;
- Modernizar e ampliar o sistema de informatização dos órgãos da administração;
- Reestruturar o plano de cargos e salários e valorizar o servidor público municipal;
- Contratar serviços de consultoria e assistência técnica;
- Promover o treinamento de recursos humanos;
- Divulgar oficialmente e sistematicamente as ações do município;
- Defender o interesse público municipal no processo judiciário;
- Adquirir máquinas, veículos, equipamentos e material permanente;
- Construir, ampliar, adequar e reformar prédios e instalações municipais;

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

- Orientar o desenvolvimento do município, adequar as legislações urbanísticas às realidades emergentes, maximizar e racionalizar a utilização dos recursos públicos municipais;



- Planejar, coordenar, e acompanhar os serviços e as ações dos órgãos da administração;
- Ampliar e modernizar o Cadastro Técnico Municipal;
- Elaborar implementar e acompanhar a execução do Planejamento Urbano;
- Elaborar, executar e acompanhar o planejamento orçamentário.

FINANÇAS PÚBLICAS

- Aperfeiçoar e adequar o sistema de tributação, fiscalização, arrecadação e controle, visando o fortalecimento das finanças do Município;
- Informatizar os serviços de administração de receitas e controle interno;
- Promover o treinamento dos recursos humanos;
- Contratar serviços de Consultoria e de Assistência Técnica;
- Promover a revisão e atualização da Legislação Tributária.

02 - AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

- Criar, fomentar e apoiar programas de ações voltadas para o desenvolvimento da produção agropecuária;
- Promover e incentivar as diversas formas de organização da população rural;
- Dotar o Município de infra-estrutura visando dinamizar a produção e o abastecimento;
- Promover a melhoria das condições sanitárias dos produtos e sub-produtos agropecuários;
- Ampliar e melhorar a infra-estrutura hídrica rural;
- Perfurar e equipar poços tubulares, instalar e ampliar redes hidráulicas, caixas d'água, bombas e motobombas;
- Construir barragens médias e pequenas;
- Ampliar e melhorar a infra-estrutura de eletrificação rural;
- Fomentar programas de apoio aos pequenos e micros produtores rurais: PAPP -
SERVAS - PARATERRA;
- Propiciar aos pequenos produtores rurais acesso aos serviços de mecanização agrícola;
- Construir, ampliar e conservar estradas vicinais;
- Pavimentação dos acessos aos distritos;
- Construir pontes, mataburros e manilhamento;
- Adquirir veículos, máquinas e equipamentos;
- Ampliar e reformar as instalações da Ceanorte e dos Mercados.

[Handwritten signature]



03 - EDUCAÇÃO

- Promover o desenvolvimento educacional do Município, universalizando o acesso da população ao ensino, especialmente, o fundamental e a educação infantil;
- Ampliar a oferta de vagas e melhorar a qualidade do ensino fundamental e da educação infantil;
- Proporcionar a comunidade estudantil as condições necessárias à sua participação integral nas atividades do ensino;
- Promover a melhoria qualitativa das práticas educacionais do Município e integrar a comunidade;
- Promover a democratização e a descentralização administrativa, pedagógica e financeira das escolas municipais;
- Manter atividades - meio necessárias ao funcionamento do ensino;
- Promover a divulgação e publicidade das ações desenvolvidas pela Educação;
- Promover o treinamento e a capacitação de recursos humanos;
- Informatizar os serviços vinculados ao ensino;
- Implementar o levantamento estatístico;
- Manter e ampliar o atendimento da educação infantil = pré-escola, creches, centro de convívios;
- Construir, ampliar e reformar unidades da Educação infantil;
- Manter e ampliar o atendimento do Ensino fundamental e médio;
- Construir, ampliar, reformar e adequar a rede física escolar do ensino fundamental;
- Adquirir veículos, móveis, utensílios, equipamento e material permanente;
- Adquirir material didático-escolar;
- Manter programas de transporte escolar e suplementação alimentar;
- Manter programas de apoio à educação de jovens e adultos e do ensino especial;
- Ampliar e descentralizar a biblioteca pública municipal;
- Construir, reformar e manter núcleo de ensino do programa de educação de jovens e adultos;

04 - CULTURA

- Apoiar e promover as atividades artísticas e culturais do Município;
- Preservar o patrimônio histórico e cultural do Município;
- Promover o intercâmbio cultural inter e intra-municipal;
- Universalizar e valorizar a cultura local;
- Apoiar e incentivar as organizações culturais;
- Identificar e catalogar as manifestações culturais do Município;
- Promover, valorizar e divulgar os eventos culturais;
- Divulgar as vantagens das leis do incentivo à cultura junto aos empresários;
- Informatizar e equipar os espaços culturais do Município;
- Construir, ampliar, reformar prédios e instalações necessárias ao desenvolvimento das atividades artísticas e culturais.



05 - ESPORTE E LAZER

- Incentivar e manter as práticas esportivas e de lazer no Município;
- Incentivar e apoiar as entidades desportivas do Município;
- Promover o intercâmbio e as competições nas diversas modalidades esportivas;
- Incentivar o futebol varzeano e amador;
- Construir, ampliar, reformar e adequar a infra-estrutura esportiva;
- Adquirir equipamentos e materiais esportivos.

06 - HABITAÇÃO

- Viabilizar o acesso da população carente a programa de habitação popular;
- Promover a urbanização e a humanização de áreas especiais;
- Viabilizar a regularização de loteamentos e habitações populares;
- Incentivar e apoiar programas de habitação popular;
- Promover a remoção e proteção das famílias em áreas de risco;
- Celebrar convênios com a COPASA/CEMIG para aquisição de materiais e instalações de Água/Esgoto/Luz;
- Implantar o fundo de habitação popular;
- Promover a legalização fundiária de áreas públicas municipal ocupadas por famílias de baixa renda.

07 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- Promover o desenvolvimento comercial e industrial de Montes Claros;
- Incentivar e apoiar a instalação de novos empreendimentos no Município;
- Estabelecer parcerias que contribuam para estimular a implantação de novos empreendimentos;
- Divulgar as potencialidades industriais e comerciais do Município;
- Promover, incentivar e valorizar o comércio e a indústria locais através de feiras, mostras e exposições;
- Fomentar atividades geradoras de emprego e renda;
- Ampliar e adequar a infra-estrutura industrial e comercial do Município;
- Fortalecer e estimular a Micro e Pequena Empresa;
- Promover o desenvolvimento da agro-indústria no Município;
- Desenvolver programas de apoio e capacitação técnica empresarial;
- Construir o centro de convenções;
- Implantar o Fundo de desenvolvimento industrial;
- Promover a ligação do Distrito Industrial com o anel norte.

08 - TURISMO

- Criar condições para o aproveitamento do potencial turístico do Município;



- Viabilizar o turismo como oportunidade de lazer e geração de emprego e renda;
- Divulgar as potencialidades turísticas do Município;

09 - SAÚDE

- Manter atividades - meio necessárias ao funcionamento do Sistema de Saúde Municipal;
- Informatizar os serviços da Rede Municipal de Saúde;
- Expandir a oferta e melhorar a qualidade dos Serviços de Saúde no Município;
- Implantar o Pronto Socorro Municipal;
- Implantar o Programa de Saúde Mental, ampliar os Programas de Saúde da Família, da Mulher e da Criança;
- Manter, ampliar e reformar a rede física de saúde;
- Manter e adquirir veículos, equipamentos e material permanente para o setor de saúde;
- Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica;
- Criar parcerias com entidades que atuam no setor de saúde;
- Manter o controle e erradicação de doenças transmissíveis;
- Intensificar as ações de fiscalização e inspeção sanitária;
- Contratar e treinar pessoal na área de saúde.

10 - MEIO AMBIENTE

- Promover ações de proteção ao meio-ambiente;
- Promover a educação ambiental e a conscientização quanto a importância e preservação do meio ambiente;
- Criar mecanismos que contribuam para o controle da poluição ambiental;
- Implantar programa de arborização na sede e nos distritos municipais;
- Promover a expansão e preservação de áreas verdes;
- Criar condições para a preservação dos mananciais de água.

11 - AÇÃO SOCIAL

- Manter e promover a Assistência Social geral no Município;
- Desenvolver ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população carente;
- Construir, ampliar, e reformar lavanderias comunitárias;
- Promover cursos de qualificação profissional;
- Manter o projeto Ronda Social;
- Promover campanhas e divulgação de eventos;
- Manter e desenvolver programas de apoio ao deficiente físico;
- Implantar o Centro de Triagem do Itinerante;
- Construir e implantar o albergue Municipal;

[Assinatura manuscrita]



- Manter e desenvolver programas de apoio ao menor;
- Construir, ampliar, reformar e equipar unidades de atendimento ao menor;
- Desenvolver atividades de apoio e atendimento à Criança e o Adolescente;
- Desenvolver programas sócio-educativo voltados para o menor, objetivando a socialização e a profissionalização;
- Implantar Conselhos da Criança e Adolescente;
- Implementar os fundos municipais de Ação Social da criança e adolescente;
- Implantar o programa de bolsa escolar;
- Desenvolver programas de apoio e assistência ao idoso.

12 - INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

- Promover a expansão da oferta de infra-estrutura e serviços básicos, como suporte ao desenvolvimento das atividades econômicas e sociais;
- Ampliar e melhorar o sistema viário urbano e os serviços de transporte coletivo;
- Melhorar as condições de tráfego no centro da cidade e das vias de acesso aos bairros;
- Ampliar e adequar a sinalização horizontal e vertical da cidade;
- Contratar Serviço de Consultoria na área de transporte;
- Promover a retirada da linha férrea do centro urbano, construir uma via expressa e um anel ferroviário;
- Promover a ampliação e melhorias no Sistema de Abastecimento d'água, Esgotamento Sanitário e Saneamento Geral;
- Retificar, canalizar e urbanizar cursos d'água;
- Criar condições para a implantação de estação tratamento de esgoto sanitário;
- Promover a urbanização e humanização das áreas públicas;
- Ampliar rede de energia elétrica e iluminação pública;
- Ampliar a oferta e melhorar a qualidade das áreas de lazer, praças, parques e jardins;
- Ampliar e melhorar os serviços de cemitérios;
- Expandir a oferta e melhorar a qualidade dos serviços de coleta de lixo e limpeza urbana da cidade;
- Adquirir máquinas veículos e equipamentos para manutenção dos Serviços Urbanos.

Prefeitura Municipal de Montes Claros, 29 de junho de 2000


Jairo Ataíde Vieira
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS - MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO - SEPLAN



ANEXO II
METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

I.0 - METAS FISCIAS ANUAIS

1.1- ADMINISTRAÇÃO DIRETA E FUNDOS

	REALIZADO			FIXADO	PREVISÃO		
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
(A) - RECEITAS							
RECEITAS CORRENTES	43.574.010,43	63.062.877,94	104.885.648,91	125.150.000,00	119.450.000,00	119.450.000,00	119.450.000,00
Receitas Tributarias	9.447.868,85	10.682.408,48	12.524.448,33	17.572.000,00	15.000.000,00	15.000.000,00	15.000.000,00
Receitas Patrimonial	154.844,63	446.720,44	1.146.893,19	260.000,00	580.000,00	580.000,00	580.000,00
Receitas de Serviços	352.802,41	336.481,05	304.417,36	400.000,00	330.000,00	330.000,00	330.000,00
Transferências Correntes	32.411.633,21	49.533.564,17	87.993.615,50	100.400.000,00	100.250.000,00	100.250.000,00	100.250.000,00
Outras Receitas Correntes	1.206.861,33	2.063.703,80	2.916.274,53	6.518.000,00	3.290.000,00	3.290.000,00	3.290.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.162.965,25	2.895.140,33	5.835.897,10	24.150.000,00	14.550.000,00	10.550.000,00	6.560.000,00
Operações de Crédito	-	-	-	12.000.000,00	8.340.000,00	4.000.000,00	-
Alienação de Bens	32.805,52	89.465,00	4.860.897,10	50.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
Transferências de Capital	4.130.159,73	2.805.675,33	975.000,00	12.100.000,00	6.150.000,00	6.490.000,00	6.490.000,00
TOTAL	47.736.975,67	65.958.018,27	110.721.546,01	149.300.000,00	134.000.000,00	130.000.000,00	126.000.000,00

**1.1- ADMINISTRAÇÃO DIRETA E FUNDOS (Continuação)**

(B) - DESPESAS							
DESPESAS CORRENTES	45.288.723,93	54.742.191,61	95.039.641,76	113.497.000,00	108.000.000,00	108.000.000,00	108.000.000,00
Despesas de Custeio	36.113.906,33	39.977.192,79	74.573.829,37	89.385.300,00	85.000.000,00	85.000.000,00	85.000.000,00
Transferências Correntes	9.174.817,60	14.764.998,82	20.465.812,39	24.111.700,00	23.000.000,00	23.000.000,00	23.000.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	4.294.874,84	11.040.941,80	17.901.818,75	35.803.000,00	26.000.000,00	22.000.000,00	18.000.000,00
Investimentos	2.459.880,47	7.943.085,77	15.430.225,62	33.028.000,00	24.000.000,00	20.000.000,00	16.000.000,00
Inversões Financeira	17.295,65	320.589,38	632.940,00	400.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
Transferências de Capital	1.817.698,72	2.777.266,65	1.838.653,13	2.375.000,00	1.800.000,00	1.800.000,00	1.800.000,00
TOTAL	49.583.598,77	65.783.133,41	112.941.460,51	149.300.000,00	134.000.000,00	130.000.000,00	126.000.000,00
(C) - RESULTADO NOMINAL(A-B)	(-1.846.623,09)	174.884,86	(-2.219.914,50)	-	-	-	-
(D) - ENCARGOS DA DÍVIDA	3.538.759,01	3.897.280,10	3.909.310,82	3.984.000,00	1.950.000,00	2.050.000,00	2.150.000,00
(E) - RESULTADO PRIMÁRIO (C+D)	1.692.135,92	4.072.164,96	1.698.396,32	3.984.000,00	1.950.000,00	2.050.000,00	2.150.000,00
(F) - DÍVIDA PÚBLICA	58.206.853,54	65.113.904,05	71.465.089,69	58.140.000,00	58.565.000,00	58.800.000,00	59.500.000,00



1.2 - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

1.2.1- INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE MONTES CLAROS - PREVMOC

	REALIZADO			FIXADO	PREVISÃO		
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
(A) - RECEITAS							
RECEITAS CORRENTES	2.376.644,35	3.479.993,46	8.520.153,69	5.660.000,00	6.092.000,00	6.552.000,00	6.602.000,00
Receitas de Contribuições	2.146.937,79	2.464.347,34	2.782.117,53	3.600.000,00	4.140.000,00	4.500.000,00	4.500.000,00
Receitas Patrimonial	207.370,70	491.101,28	778.243,38	748.000,00	1.200.000,00	1.250.000,00	1.300.000,00
Transferências Correntes				2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
Outras Receitas Correntes	22.335,86	524.544,84	4.959.792,78	1.310.000,00	750.000,00	800.000,00	800.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	122.488,23	764.365,45	1.102.754,74	1.640.000,00	708.000,00	308.000,00	308.000,00
Alienação de Bens	-	-	1.300,00	100.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00
Amortização de Empréstimos	122.404,83	683.923,92	864.496,70	1.430.000,00	600.000,00	200.000,00	200.000,00
Outras Receitas de Capital	83,40	80.441,53	236.958,04	110.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
TOTAL	2.499.132,58	4.244.358,91	9.622.908,43	7.300.000,00	6.800.000,00	6.860.000,00	6.910.000,00
(B) - DESPESAS							
DESPESAS CORRENTES	1.779.771,48	2.122.685,01	2.449.167,25	3.061.000,00	3.140.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00
Despesas de custeio	206.698,72	207.355,02	269.810,13	405.500,00	460.000,00	400.000,00	400.000,00
Transferências Correntes	1.573.072,76	1.915.329,99	2.179.357,12	2.655.500,00	2.680.000,00	2.600.000,00	2.600.000,00



1.2.1 - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE MONTES CLAROS-PREVMOC (Continuação)

DESPESAS DE CAPITAL	466.049,06	944.694,00	2.296.427,21	4.239.000,00	3.660.000,00	3.860.000,00	3.910.000,00
Investimentos	1.082,06	82,00	1.006.337,21	2.514.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Inversões Financeira	464.967,00	944.612,00	1.290.090,00	1.725.000,00	3.560.000,00	3.760.000,00	3.810.000,00
Transferências de Capital	-	-	-		-		
T O T A L	2.245.820,54	3.067.379,01	4.745.594,46	7.300.000,00	6.800.000,00	6.860.000,00	6.910.000,00
(C) - RESULTADO NOMINAL(A-B)	253.312,04	1.176.979,90	4.877.313,97	-	-	-	-
(D) - ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-				
(E) - RESULTADO PRIMÁRIO (C+D)	253.312,04	1.176.979,90	4.877.313,97	-	-	-	-
(F)- DÍVIDA PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-



1.2.2- EMPRESA MUNICIPAL DE SERVIÇOS , OBRAS E URBANIZAÇÃO - ESURB

	REALIZADO			FIXADO	PREVISÃO		
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
(A)- RECEITAS							
Receitas de Serviços	4.239.180,50	4.973.160,94	5.317.640,67	5.400.000,00	5.975.000,00	5.975.000,00	5.975.000,00
Receitas de vendas	46.979,21	123.227,33	80.191,35	96.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Receitas não operacionais	63.163,26	109.398,37	92.961,21	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Receitas financeira	157,86	1.553,14	3.302,50	4.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Operações de Crédito	-	-	-	-			
Alienação de Bens	-	-	-	-	20.000,00	20.000,00	20.000,00
TOTAL	4.349.480,83	5.207.339,78	5.494.095,73	5.600.000,00	6.200.000,00	6.200.000,00	6.200.000,00
(B)- DESPESAS							
Custo de prestação de serviços	3.043.739,39	3.726.067,69	3.871.430,12	3.986.000,00	4.460.000,00	4.460.000,00	4.460.000,00
Despesas operac./administrativas	1.262.292,70	1.335.837,67	1.548.632,76	1.344.000,00	1.480.000,00	1.480.000,00	1.480.000,00
Despesas financeiras	29.488,20	-	-	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Despesas não operacionais	694,19	16.294,33	16.934,15	-			
Previsão de investimentos				260.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00
TOTAL	4.336.214,48	5.078.199,69	5.436.997,03	5.600.000,00	6.200.000,00	6.200.000,00	6.200.000,00
(C) - RESULTADO NOMINAL(A-B)	13.266,34	129.140,09	57.098,70	-	-	-	-
(D) - ENCARGOS DA DÍVIDA	154.953,46	1.088,45	17.633,18	-	-	-	-
(E) - RESULTADO PRIMÁRIO (C+D)	168.219,80	130.228,54	74.731,88	-	-	-	-
(F)- DÍVIDA PÚBLICA				*	*	*	*

* Dívida incorporada na da Administração Direta

